



DILEMA DE TRANSIÇÃO POLÍTICA NA ÁFRICA LUSÓFONA: de Uni para Pluripartidarismo.

Manuel Jauará*

Introdução e Justificativa

É nosso objetivo nesta comunicação, analisar o dilema da transição democrática sobretudo, de uni para pluripartidarismo na África Lusófona. Teremos sempre em vista nesta análise, o processo da construção da nação e as implicações da transição nesse processo; dando ênfase a análise de dois grupos sociais (elites proeminentes e/ou elite dirigente e líderes comunitários ou líderes das comunidades étnicas rurais), determinante para a apreensão desse processo político em curso na África Lusófona.

A formação da nação na África lusófona está ainda em curso. Mas o processo é inconsistente em função de sobressalto político, reformulação de estratégias traçadas ou

* Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo e Professor de Ciências Sociais na Universidade Federal de São João Del Rei/ MG/Brasil.

retraçadas, constrangimentos locais ou extralocais. Deve ser ainda, ressaltada que de 1960/74 a 1990, todas as políticas elaboradas, todas as metas definidas visando à promoção do desenvolvimento socioeconômico e unidade nacional nesses países, sofreram rearranjos, novas diretrizes e mudanças substâncias em conseqüências das dificuldades surgidas de difíceis contornos.

Os negros africanos que se encontravam na Europa na década de 1930/40, buscavam na filosofia da negritude as respostas para suas angústias, para o tratamento racista de que eram vítimas. Na década de 60, com a independência da maioria desses países, o retorno as raízes africanas e o nacionalismo, como ideal político e cultural serviam de referências novas contra as humilhações de que eram submetidos pelo regime colonial.

Naquele momento, a tarefa principal dos novos dirigentes consistia em construir um Estado Novo, institucionalizar estruturas administrativas, judiciais e políticas que atendam as novas demandas da sociedade plural em formação. A preocupação inicial dos idealizadores da nova sociedade africana em formação era atenuar o impacto da proposição basilar da Ciência Política que consiste em que “os homens competem para merecerem a atenção do Estado ou pelo controle do mesmo.” O Estado segundo esta proposição está sujeito as múltiplas pressões sociais e às vezes conflituosas, por partes de vários grupos sociais (ou étnicos) de interesses organizados. O atendimento de um grupo de pressão pode implicar na preterição do outro, já que o recurso é sempre limitado. Esse Novo Estado que se propõe a unificar a sociedade, não pode sinalizar ou emitir sinais tendenciosos em favor de um determinado segmento social em detrimento do outro. Não pode manifestar nenhuma tendência preconceituosa em relação aos grupos étnicos, econômicos, religiosos ou de classes sociais. Com esta tese, se exclua ou tenta excluir a noção de que o Estado poderia estar a beneficiar e defender o interesse da classe dominante, da etnia de preferência ou de uma determinada região. A noção, portanto, da elite do poder, ou da etnia majoritária no poder, torna-se irrelevante, pelo menos em tese, já que todos os grupos teriam acesso equitativamente ao poder.

Esta concepção do Estado formulada pelos líderes dos primeiros Estados africanos independentes, parte do pressuposto, senão mesmo da própria realidade por eles vividos

(participados) na época colonial. O Estado herdado desempenhava importante papel na economia desses países, através da regulamentação, planejamento, controle e coordenação das respectivas economias. Concomitantemente era também, o maior consumidor do setor privado e, sem o seu concurso no mercado, algumas das grandes empresas locais não sobreviveriam, porque dependiam do consumo estatal, dos créditos, dos subsídios governamentais e desoneração tributária, etc.. A importância do setor público e a crescente intervenção estatal na economia da época, pode ter sido uma das explicações da razão que levou esses governos adotarem a estatização das suas economias e do sistema político unipartidário. Tudo isso em nome da construção de um Estado/Nação unitário e da promoção da unidade nacional e da identidade nacional.

Segundo Gabriel Almond e Powell Jr.(1980) o desenvolvimento do sistema político por dirigentes de novos Estados é muito complexo, porque implica na articulação da construção do jovem Estado Nacional com o ambiente da política internacional, problemas internos locais, pretensões políticas e econômicas das elites e dos grupos dirigentes. A construção do Estado ocorre, segundo os nossos interlocutores, quando a elite cria novas estruturas capazes de penetrar a sociedade, a fim de regular o comportamento e organizá-la. É também, um processo associado à capacidade reguladora e extrativa do sistema político, do desenvolvimento da burocracia centralizada (ou descentralizada) e eficiente, da obediência da população à ordem instituída. Esse processo envolve o desenvolvimento de novos papéis, estruturas e subsistemas que ganham corpo no interior do país.

A construção da Nação enfatiza: na opinião dos autores citados, os aspectos culturais do desenvolvimento político, da lealdade e de devoção das tribos, vilas para o sistema político nacional. A participação aumenta do volume e surgem grupos políticos, facções e assembleia legislativa representativa; aumenta demanda sobre o sistema político para distribuição de recursos.

A construção de Estado e da Nação na Europa ocidental antecedeu aos problemas de “bem estar e de participação política”. Já o processo da construção das novas nações envolve ao mesmo tempo, o enfrentamento dos problemas de “bem estar e de participação política”, além da difusão de informações e idéias sobre a necessidade de unidade nacional,

compromisso com a unidade por parte dos cidadãos. A lealdade à pequena unidade tradicional (grupo étnico) pode criar dificuldade e estimular conflitos com os leais aos objetivos nacionais.

Um grupo étnico local pode perceber que toda a sua estrutura social, política e religiosa está ameaçada pela criação de escolas, pelo recrutamento de seus jovens para exército nacional, para a burocracia, comércio, etc.. ou de que são sistematicamente preteridos na redistribuição do recurso governamental, de que não são beneficiados pelos projetos de desenvolvimentos. Tudo isso pode comprometer a construção da nova nação (idem;pg.38). Estamos cada vez mais convencidos de que a concepção do processo político como uma forma de combinar e agregar necessidades e demandas legítimas da nação é ou deve ser um processo harmonioso ou de obtenção de consenso. Esta concepção difere daquela outra que entende o processo político como uma forma de alcançar ou conquistar a supremacia através de assalto ao poder ou impor a sociedade o domínio de um grupo hegemônico.

Na década de 70, a maioria desses países via no “socialismo” e na estatização das empresas coloniais, e a adoção no aspecto político, do unipartidarismo, que na África não significa necessariamente adoção da via socialista, como alternativa de desenvolvimento diferente das estruturas coloniais. Todavia, considerando as estruturas essenciais (produtivas, culturais e políticas) essas mudanças não foram profundas visto que nesses países, os antigos funcionários da época colonial continuavam e continuam desfrutando de grandes privilégios como antes, senão mais em alguns casos. Isso aconteceu até mesmo no(s) país(es) que ascendeu(ram) à independência via luta armada. Nos últimos anos da década de 80, os líderes da África Lusófona reconheceram a inviabilidade da continuação da política de nacionalização das estruturas produtivas e em consequência resolveram adotar políticas econômicas alternativas nos seus respectivos países, para fazerem faces à nova era da política econômica que se renunciava, não só na África como no mundo em geral. Principalmente depois da anunciada fim do bloco de leste europeu e implementação de “Perestroika” e Glasnov na URSS de Gorbachev que antecedeu a atual República da Federação Russa.

A década de 90 iniciou-se com a proclamação da irreversibilidade da hegemonia de economia do mercado e predomínio do Estado mínimo sob a supervisão do principal “gendarme” da nova ordem mundial, EUA.

No domínio econômico o mundo se vê, especialmente África, defronte aos problemas estruturais, para se adaptar a monopolização avassaladora da idéia do liberalismo econômico, ou seja, da idéia de economia de mercado – que na África significa mercado sem regras, sem freio e sem supervisão reguladora da sua possível ação nociva à comunidade indefesa – embutidos atualmente nos pacotes das instituições financiadoras internacionais; quer sejam bilaterais ou multilaterais, tais como FMI/BM, nas negociações com países periféricos, em particular africanos, os mais vulneráveis, porque são mais dependentes dos créditos externos para o equilíbrio das suas contas externas e internas sobretudo. A grande maioria desses países está atualmente, sem poder de barganha, pois não é mais estratégico no xadrez da política externa. Por isso nas negociações com estas instituições – sobretudo no que se refere ao reescalonamento da dívida externa ou obtenção de novos créditos – se vê obrigado aceitar as receitas econômicas do FMI/BM, para seus países, ainda que elas sejam, em alguns casos, incompatíveis com essas realidades.

Quando das independências nas décadas de sessenta e setenta, África era vista como “o continente do século XXI”. Reinava o afro - otimismo, impulsionado pela abundância de matérias - primas e de fontes energéticas que prometiam um futuro próspero. Porém no início da década de noventa, as expectativas já tinham invertido radicalmente e o afro-pessimismo havia assumido espaço preponderante no cenário que se desenhava para “o continente do desespero”.

Em grande parte, o drama do continente deve-se ao fato de África ter servido durante anos, como o palco onde se representaram os episódios sangrentos de uma guerra fria e surda entre as duas superpotências. Não se pretende com esta observação excluir os conflitos locais cujas origens não estavam necessariamente vinculadas aos interesses dos protagonistas da guerra fria que se travava em África. Todavia, era comum acontecer o seguinte: se os soviéticos em determinado país apoiavam x, os Estados Unidos corriam para apoiar o adversário de x, e vice-versa. As superpotências proporcionavam apoio (político e

militar) a regimes sanguinários e indesejados pelas populações locais. Dessa forma, o ex-presidente norte-americano Ronald Regan recebeu na Casa Branca, Mobuto Sese Seckou, dizendo estar perante "uma voz de bom senso e boa vontade" (Anuário África Hoje, 13/09/99. Lisboa). Decidiu além de mais apoiar o sargento Samuel Doe, que ascendeu ao poder, em 1980, na Libéria, através de golpe de Estado.

Por seu turno, Paris enviou tropas para ajudar a manter no poder ditadores da África francófona, enquanto a Senhora Margaret Thatcher, apoiava o governo racista de Pretória, considerando o Congresso Nacional Africano, de Mandela, como uma organização terrorista típica.

A guerra fria terminou. A implosão da URSS e o fim do comunismo na Europa central e oriental desacreditaram as autocracias aliadas de Moscovo. Alguns países africanos estão conseguindo levar as suas reformas política e económicas ao contento. No entanto, a África parece permanecer um continente esquecido. Algumas das antigas potências colónias estão literalmente de costas viradas para o continente, sobretudo aos países situados ao sul do Sahara. As multinacionais não investem e os governos dos países ricos discutem a redução das ajudas públicas ao desenvolvimento. As antigas potências colónias já não consideram África essencial para o seu bem estar e segurança. Sucedendo o mesmo com a Rússia e os Estados Unidos.

A Casa Branca recusou ajudar as forças africanas de manutenção de paz estacionadas na Libéria (recorde-se que o país foi fundado por ex-escravos libertos nos EUA, em 1847). Aliás, África é considerada estrategicamente irrelevante para os Estados Unidos. O Instituto Nacional para Estudos Estratégicos de Washington, considerava que "essencialmente, os Estados Unidos já não têm interesses militares ou geoestratégicos sérios em África". Quanto aos países europeus, parece que só a França e Portugal ainda, manifestam alguns interesses. Presentemente, quatro enormes países africanos atravessam uma situação política e económica desesperada. A saber; Angola; ex-Zaire, Sudão e Nigéria. Ironicamente, estes países reúnem cada um condições para emergirem como verdadeiras potências económicas no contexto africano. Por seu turno, a Somália já se desintegrou como Estado, enquanto o Ruanda, Burundi, Libéria, Serra Leoa caminham perigosamente para instabilidade constante.

Soma-se a esse dado, o fato de esses países, com a exceção de Angola, atraíram e atraem menos os investidores externos por representarem, no critério dos consultores e agências externas de investimentos, países de alto risco para investimento externo privado, em função de precária infraestrutura produtiva, instabilidade política e ausência de uma legislação formal que assegure e garanta o direito à reexportação de lucro do capital dos investidores externos, além dos juros poucos atrativos e mercado de consumo incipiente. Entre 1991 e 1993, enquanto a maioria dos países asiáticos e latino-americanos experimentava um autêntico “boom”, o PIB “per capita” da África subsahariana decresceu 2,3% ao ano. Além disso, o continente é literalmente marginalizado quando se trata de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Assim, em 1995, os 47 países da África subsahariana conseguiram atrair para si meros 3% do fluxo de Investimento Direto Estrangeiro destinados para os países em desenvolvimento. Enquanto Ásia oriental e a região de Pacífico absorveram 59% e a América Latina e Caribe atraíram 20% desse fluxo. A alternativa sugerida pela equipe técnica do FMI/BM, é adoção do programa de ajustamento econômico. Alguns governos africanos impulsionados por programas de Ajustamento Estrutural estão seguindo seriamente política macroeconômica, que implica na liberalização de taxas de câmbios. Assim aconteceu com países da África francófona que, em 1994, desvalorizaram em 50% os seus francos CFA (moedas locais) em relação ao franco francês. Depois das dificuldades iniciais alguns resultados estão aparecendo, mas lentamente. Segundo economistas (anuário, idem), para um país como Ghana, exemplo de crescimento econômico na África subsahariana, que está crescendo a um taxa de 5% do PIB ano, ainda assim é insuficiente. É que com essa taxa de crescimento demoraria cinco décadas para mudar de patamar de “ de um país de rendimento baixo” para “país de rendimento médio” (Torres, 1999).

Na arena política a década de 90 trouxe e propagou novas idéias – para alguns- que exigiu mudanças radicais para determinados países, sobretudo, naqueles onde predominavam a orientação socialista. O unipartidarismo, eleito por esses, até a pouco tempo, como o sistema político partidário mais apropriado para a viabilização do projeto da construção da nação, através da elevação da consciência nacional em detrimento da consciência étnica

e/ou regional, se esvaiu e cedeu lugar num ritmo frenético ao pluripartidarismo. Isso parece evidenciar (ou recoloca a questão em debate) que o novo sistema político era muito desejado ou os governantes não conseguiram mais resistir às pressões externas e internas para adotá-lo. O curioso a observar é que, alguns desses países adotaram-no sem criarem antes as instituições garantidoras e indispensáveis para posterior consolidação da nova estratégia política e econômica.

A nossa preocupação com a deflagração do processo eleitoral na África e, particularmente na África lusófona, consiste no fato de ali ter se processado a transição política, de unipartidarismo para pluripartidarismo sem que houvesse preocupação em preparar ou agendar um período de transição que fosse precedida de amplo debate público, reformas das instituições políticas, administrativas, judiciais e até produtivas. Durante ao qual elaborar-se-ia as novas regras do jogo político e democrático e institucionalizar-se-ia um novo ordenamento jurídico-constitucional que permitiria ao longo prazo, a sustentação e consolidação das regras democráticas. Segundo Alfred Stepan, (1999):

”uma transição democrática está completa quando um grau suficiente de acordo foi alcançado quanto aos procedimentos políticos visando obter um governo eleito, quando um governo chega ao poder como resultado direto do voto popular livre; quando esse governo tem, de fato autoridade de gerar novas políticas; e quando os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, criados pela nova democracia, não têm que, de jure, dividir o poder com outros organismos”.

Com essa definição operacional podemos desde já afirmar que África lusófona está ainda, distante de completar a sua democracia e muito menos consolidá-la. Talvez Cabo-Verde caminha nesse sentido.

Adoção do pluripartidarismo, com simples abolição da cláusula constitucional que outorgava a exclusividade política ao partido do governo e proibia outras formas de organizações e manifestações políticas foram as principais reformas constitucionais que precederam ao pluripartidarismo nos países da África lusófona. Não houve em nenhum deles eleição de uma assembleia constituinte exclusiva ou inclusiva que precedesse o sistema pluripartidarismo adotado neles. O novo momento político, que se vive nesses

países corre o risco de causar decepção às massas populares, num período não longo. Como é caso de estabilidade negociada em São Tomé e Príncipe (depois do golpe de estado frustrado), e instabilidade profunda que tem caracterizada a política e o processo democrático na Guiné-Bissau, ainda que esteja atualmente em estado latente. Isso porque, o novo momento político induz a pensar que a democracia se limita ao processo eleitoral e as demais regras são irrelevantes. Só que a eleição não acaba, como num passe de mágica, com a fome, desemprego, analfabetismo, mortalidade infantil e subdesenvolvimento crônico. A euforia eleitoral que se apropria da África lusófona impede ou deixa para segundo plano, as discussões das questões substâncias, como por exemplo: que estratégia política adotar, que além de estimular a modernização das estruturas produtivas e políticas viabiliza também, a incorporação da contribuição cultural, produtiva, política e social das comunidades etnorurais e/ou demais população marginalizada.

Na maioria dos casos, mesmo depois de completada a transição democrática resta ainda, muitas tarefas a serem cumpridas, condições a serem estabelecidas e atitudes e hábitos a serem cultivados, antes de a democracia poder ser considerada como consolidada. Em essência, entendemos por democracia consolidada uma situação política onde, em síntese, a democracia passou a ser “o único jogo disponível na sociedade”. Em termos constitucionais, a democracia se torna o único jogo disponível na sociedade quando todos os atores da comunidade política habituem-se ao fato de que todos os conflitos políticos serão resolvidos de acordo com as normas estabelecidas, e que as violações dessas normas provavelmente serão ineficazes e sairá cara, segundo axioma de Robert Dahl (1970). Em suma, com a consolidação, a democracia se torna rotina, além de profundamente internalizada na vida social, institucional e até mesmo psicológica, bem como nos cálculos visando atingir o sucesso (Stepan, p.24).

A característica eleitoral das primeiras eleições pluripartidárias, na África lusófona (1991/94) seguiu o modelo do leste europeu. A oposição se apresenta como a salvação nacional perante às massas populares, o governo vigente é sempre associado à corrupção, à ineficiência, à incompetência (etc.). Tudo isso pode ser verdade, mas não esgota a questão. E, se esses mesmos males vierem afetar os novos governantes (o que não é nenhum delírio; haja vista as irrupções sociais, na Argentina e Venezuela em 2002) como então

convencer, ainda assim, o povo de que o sistema pluripartidário, apesar do contratempo, é ainda, melhor que o anterior, onde nada era transparente? Qual será em face disso, os argumentos dos políticos, da elite dirigente, das agências internacionais que monitoram e incentivam a democratização e o respeito aos direitos humanos na África lusófona?

A grande questão nos parece ser hoje, como equacionar o principal dilema, ou seja, como promover a transição democrática de uma maneira segura, contínua e assegurar ao mesmo tempo sem grandes rupturas, a política de consolidação da unidade nacional. Em que medida os diferentes valores culturais, estruturais e organizacionais das comunidades etnorurais desses países concorrem para ossificação das suas identidades nacionais? Ou então, saber em que medida as diversidades culturais e concepções cosmológicas servem de obstáculos à moldagem das identidades nacionais? Será que na realidade existe dificuldade de diálogo entre etnias/culturas nessas sociedades nacionais a ponto de ser uma ameaça potencial a política de unidade nacional, ou tudo não passa de conjecturas de intelectuais e armadilhas de líderes políticos para assegurarem e consolidarem por muito tempo a hegemonia do bloco no poder, como diria Gramsci?

A democracia é necessária. Todo o ser humano almeja viver numa sociedade livre. É preciso, todavia, ressaltar que não existe um modelo único e talhado para a democracia. Cada povo molda o sistema democrático a sua cultura política, a realidade do seu país. Importar e reimplantar modelo político ou constitucional sem ajustá-lo a cultura política da sociedade em causa, é criar simplesmente uma democracia imaginária, uma ficção política, de pouca consistência e praticidade.

Considerando que o pressuposto nuclear que lastra este estudo é análise do dissenso e apreensão das causas desse dissenso, entre os luso-africanos e os etnorurais na Guiné-Bissau e por extensão em toda África lusófona, em torno das questões centrais que devem nortear a formulação da estratégia política do processo da construção da nação. Torna-se relevante nesse caso, tendemos a pensar assim, analisar nessa formulação, duas questões que nos parecem fundamentais, a saber: um no domínio político e outro no domínio econômico.

No plano político, os dirigentes africanos ainda têm que resolver um dilema: como organizar o seu aparelho administrativo, para poder dar racionalidade a gestão da res-

pública? Como organizar as instituições políticas, executivas e jurídicas para que tenham respaldo do povo, ou melhor, legitimidade? Os líderes emancipacionistas das ex-colônias portuguesas viram-se frente a este dilema: ou inspirar-se no modelo jurídico-constitucional da antiga metrópole ou então estruturar os seus países sob a inspiração das estruturas organizacionais da África ancestral. Adoção de cada modelo tem os seus prós e contra. Se se adotar o modelo da antiga metrópole, em tese o país teria uma gestão mais racional, posto que poderia contar com um número razoável de técnicos e funcionários herdados do governo colonial e também com estruturas organizacionais já montadas. Problema seria expandir as mesmas e criar novas estruturas segundo as demandas que vão surgir em função da exigência e da necessidade que vão surgindo na sociedade e treinar novos funcionários que assumirão as tarefas administrativas. O lado penoso desse modelo estaria na sua ilegitimidade por ausência de respaldo popular, em função da limitação desse modelo. Entre os quais: número excessivo de analfabetos, que ficaram em consequência, a margem do processo da modernização; fosso social estimulado por esse modelo, sobretudo entre a elite urbanizada e a população etnorural, que é a maioria nessas sociedades. A exclusão social dessa parcela da população do processo decisório na arena política, produtiva e além de dificuldade de acesso a equipamentos sociais, escolas e políticas de proteção social herdadas na sua maioria do governo colonial.

Quanto ao modelo inspirado a partir da África ancestral ganharia de imediato a legitimidade, em decorrência do apoio da maioria absoluta da população, principalmente, dos segmentos sociais excluídos do anterior modelo. Esta opção concebida a partir de estruturas descentralizadas, de características federativas, como eram os grandes reinos africanos antes do comércio transoceânico, que reconheciam autonomia relativa e permitiam autogestões produtivas locais; o que certamente permitiria a construção de maior identidade e facilitaria a estruturação de uma referência nacional mais democrática, já que a diversidade étnica e cultural seria assegurada. Alguns africanistas entendem que esse modelo não experimentado teria toda a condição de impulsionar o desenvolvimento (Konaré,1982.Digne,1982). O analfabetismo não teria mais sentido, ou melhor, o seu índice seria radicalmente reduzido, uma vez que o ensino teria outra estrutura, uma estrutura mais endógena, ministrada nas línguas (e dialetos) nacionais e não mais nos

idiomas estrangeiros. E a política de proteção social seria uma extensão da solidariedade africana, que dá mais ênfase ao humanismo, ao ser humano e a proteção da vida humana.

A objeção a esse modelo está na conseqüência que a sua adoção provocaria na sociedade. O modelo impossibilitaria o aproveitamento das estruturas já existentes, racionalmente. Implicaria na formação e reconversão de alguns funcionários para adaptá-los a nova estrutura. A própria elite – os melhores quadros disponíveis – correria o risco de ser afastado do poder, ou então, teria que dividi-lo com lideranças etnorurais, o que inviabilizaria – ou dificultaria muito – a inserção do país no mercado mundial através da exportação; uma vez que a estratégia de desenvolvimento nesse modelo daria ênfase ao mercado interno, aos produtos de consumo alimentar. Assim, o país passaria a ter dificuldade em obter divisa (moedas fortes) para sua importação e para honrar as suas obrigações e contratos externos.

No plano econômico, o entendimento até agora é de que não há ainda uma melhor alternativa ao modelo de exportação. Os vários modelos ensaiados redundaram em fracasso.

A saber:

- a) a teoria segundo a qual o aumento de desenvolvimento provocaria em cadeia o desenvolvimento da sociedade não se confirmou na prática. Estudando 138 países, só em três casos (Libéria, Tunísia e Reunião) registraram-se pequenas melhoras entre 1965 e 1995;
- b) a teoria segundo a qual o desenvolvimento viria com o aumento da escolaridade também fracassou. Entre 1960 e 1990, só houve uma explosão educacional. O ensino primário tende a universalizar-se, mas o ensino secundário e o superior saíram de 1% para 7,5% da população mundial. Nesse período, as taxas de crescimento mundial se declinaram. O desenvolvimento melhorou a educação, mas a recíproca não é verdadeira;
- c) a teoria segundo a qual o controle da natalidade melhora a renda *per capita* foi outro erro. A Argentina tem baixa taxa de natalidade, mas a economia vai mal; A Botsuana tem alta taxa de natalidade, mas o país está crescendo economicamente. O mundo subdesenvolvido continua com fome, enquanto a produção de alimento triplicou entre 1960 e 1998, e os preços baixaram entre 1980 e 2000;

d) a mágica da política de ajustamento com crescimento, laureado em 1982, a partir da crise da dívida externa. Vários países fizeram ajustamento estrutural macroeconômico do seu processo de desenvolvimento, mas isso não se traduziu em crescimento econômico. Exceções: a Ásia e Gana, na África;

e) tentou-se o perdão da dívida dos países menos desenvolvidos (PMDs) ou miseráveis e produziu-se o seguinte: entre 1989 e 1997, perdoaram-se US\$ 33 bilhões de 41 países. Em 2001, eles deviam US\$ 44 bilhões (William, 2001).

Todavia, existe um grande enigma a ser ainda decifrado. Qual seja: por que o crescimento dos países que são pobres na segunda metade do século XX é mais difícil do que foi para a Inglaterra, França e os demais países da Europa no século XIX? Hoje, os países pobres, aí incluída a África Lusófona, podem se basear em um século de progresso técnico dos países ocidentais para modernizarem suas economias. Eles não têm que começar tudo de novo. Os economistas responderam a essa indagação afirmando que pode ser difícil aplicar uma tecnologia mesmo quando ela já está disponível. Os PMDs (países menos desenvolvidos) acham especialmente difícil seguir os passos dos precursores da industrialização em função de quatro razões mutuamente reforçadoras.

1ª – Trata-se de subemprego, principalmente nas regiões rurais, onde a idéia partia do pressuposto de que os PMDs são divididos em um setor agrícola atrasado - com tanta mão-de-obra excedente que uma queda no nível da força de trabalho deixaria a produção inalterada – e um setor industrial menos significativo. O crescimento requer um setor industrial desenvolvido e dinâmico; portanto, o êxodo rural seria uma consequência. O problema consiste no fato de que a importação de bens de capital necessários para a indústria não é suficiente para garantir o crescimento econômico. Se a produtividade do setor agrícola não conseguir acompanhar o ritmo de desenvolvimento, este paralisaria. Assim sendo, a baixa produtividade, provavelmente por falta de inovação tecnológica do campo, sufoca o desenvolvimento.

2ª – Falta de recursos para o investimento. Um país gera recurso necessário ao investimento através da poupança (exportando mais que importando) e pela captação de recurso externo através de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Não é esse o caso dos

países africanos, nos quais normalmente os recursos são escassos até para a alimentação; portanto, impossibilitados de fomentar a poupança interna capaz de financiar projetos de desenvolvimento (Oliveira, 1991). Essa carência de recurso deu origem a um numeroso modelo de “hiato duplo” de crescimento, o hiato da poupança/investimento, hiato da balança comercial, importando mais que exportando. Atualmente, a maior preocupação dos dirigentes africanos é saber como superar esses hiatos.

3ª – Refere-se à tendência adversa dos preços no mercado mundial, principalmente dos produtos agropecuários. A exportação africana – com exceção dos produtores de petróleo e alguns mineiros – concentra-se majoritariamente, quando não exclusivamente, nos produtos agrícolas, na sua maioria, “in natura” ou primariamente processados, sem valor agregado.

4ª – Finalmente, alguns pontos de estrangulamento, como a existência de uma infraestrutura produtiva precária, falta de estradas asfaltadas, insuficiência de serviços de comunicação, de centros de formações profissionais, de saneamento básico etc. Por isso, apesar da opção pelo modelo ocidental, os dirigentes africanos, depois de quarenta anos de independência formal dos seus países das antigas metrópoles, ainda se encontram no labirinto enigmático cuja decifração torna-se inadiável, para que finalmente possam encontrar a senda segura para o desenvolvimento e a sua inserção não como mendicante, mas como parceiro e competidor (ainda que seja de categoria secundária) no mercado competitivo global.

No plano político, embora África lusófona tenha optado por modelo ocidental para a organização das suas instituições políticas e sistema jurídico-constitucional ; no domínio do sistema partidário especificamente a maioria do governo local preferiu o regime unipartidário. Como argumento os dirigentes sustentam que essas sociedades são complexas e compostas por diverso micro nações (etnias); portanto, no entender deles seria inviável qualquer tentativa de construção da nação, ou a implementação de uma estratégia de desenvolvimento de base modernizante com essa diversidade étnica .Esse argumento justificava á opção pelo unipartidarismo – ao menos na etapa inicial da construção da nação - como melhor alternativa possível, para a promoção da coesão interna, a promoção

de uma identidade nacional homogênea, que subsidia a estabilidade política, condição indispensável para a governabilidade e implementação de uma política de desenvolvimento econômica (de base rural). Já que adoção de multipartidarismo na época poderia, nesse raciocínio, estimular a fragmentação social, conflitos étnicos, ou criar constrangimentos que comprometam qualquer tentativa de formação e consolidação Estado/Nacional.. Essa tese foi compartilhada por alguns africanistas como: Munanga, Diagne, Huntingthon, Macpherson, Estevam Martins, Sylla, Millban; etc.. A objeção a essa proposição fora levantada (apresentadas) por alguns cientistas sociais como: Bobbio, Robert Dahl, Touraine, Fanon, etc.. Estes últimos, ou seja, os oponentes da tese de unipartidarismo, interpretaram essa opção como um mecanismo arditosamente montado pela elite africana, para legitimarem a usurpação definitiva do poder.. Importa anotar que tanto unipartidarismo quanto o pluripartidarismo, a política de proteção social tem sido e ainda é, muita das vezes, somente um belo discurso político ou projeto a espera de melhor momento. Esta observação se sustenta a partir da leitura de indicadores sociais desses países.

Segundo as últimas estimativas da FAO (Nô Pintcha, 1993), a África é a única região do mundo em desenvolvimento onde a proporção dos malnutridos (subnutridos) não se altera desde 1970 (33%). O número de pessoas que sofrem de subnutrição crônica aumentou 67 milhões entre 1969 e 1990, passando de 101 a 168 milhões de subalimentados. Mais afomentada que a África, a Ásia viu a percentagem dos famintos decrescer de forma contínua no decurso dos últimos anos. Na América Latina e no Médio Oriente, a percentagem dos subnutridos diminuiu no decurso dos últimos 70 anos, mas não se alterou nos últimos 10/12 anos. O relatório acrescentou, na época, que o continente precisaria de 11 milhões de toneladas de ajuda alimentar em cereais para 1992/1993, enquanto que, em tempo normal, 2 milhões seriam suficientes. O relatório sublinhou, ainda, que a subalimentação ameaça, nos anos 90, um em cada três africanos; no entanto, o apoio da comunidade continua a ser insuficiente.

Tomando como referência o cenário acima desenhado, estamos propensos a crer que a África Lusófona, terá algumas possibilidades de sair desse constrangimento econômico, ensaiar um processo de desenvolvimento sócio-econômico e assegurar a consolidação das suas estruturas democráticas, à medida que reconheça que a simples adoção do receituário

das agências ocidentais para a sua democracia e/ou para estimular a sua economia, por mais que tenha sido fiel na implementação do modelo, só tem tido como resultado até hoje a continuidade, ou, o que é mais grave, a precariedade agregada da condição de vida do seu povo. Talvez esteja na hora de a África Lusófona tentar, ainda que persuasivamente, dar alguns passos no sentido de resgatar certos valores da “africanidade”, ou seja, elaborar estratégias políticas que instiguem a sociedade a incorporar valores culturais e políticas endógenas, numa tentativa de promover a coexistência destes com os valores universais. A África Lusófona, em especial sua liderança, por mais que tenha demorado a acordar, ainda tem tempo para dar os primeiros passos para formular suas próprias estratégias de desenvolvimento sócio-político e econômico e depender menos do receituário dos peritos ou *experts* (especialistas) dos países centrais, confortavelmente instalados, como assessores ou consultores, nos gabinetes ministeriais ou presidenciais.

PRIMEIRAS ELEIÇÕES MULTIPARTIDARIAS NA ÁFRICA LUSOFONA

Apesar da situação socioeconômica trágica dos africanos, a democracia está dando passos concretos ali, desde 1989. Só para citar alguns exemplos na África lusófona: em Cabo-Verde, a 1ª eleição pluripartidária foi em 1991, à oposição ganhou. Em São Tomé e Príncipe, realizou-se eleição geral e universal em 1991. O Presidente Pinto da Costa, temeroso pela sua sorte preferiu não apresentar a sua candidatura, o seu antigo 1º ministro, Miguel Trovado, único candidato expressivo se elegeu com facilidade. José de Santos, o presidente de Angola foi reeleito no final de 1993, na primeira eleição geral, pluripartidária e de voto secreto ali realizado, contudo, o seu principal oponente, Jonas Savinbi, até ao seu falecimento em agosto de 2002, resistiu através da guerrilha armada a reconhecer a legitimidade da vitória eleitoral do MPLA (movimento para libertação de Angola, partido no poder). Depois de longa negociação política e diplomática, envolvendo observadores internacionais – EUA, Rússia e África de Sul – resolveu assinar um acordo de paz, que

resultaria no fim da guerrilha armada. Alguns meses depois recusou a honrar o acordo e preferiu continuar a guerrilha armada, sustentando esta, através da delapidação de minas de diamante, cuja região se encontrava sob o domínio da UNITA (união nacional dos trabalhadores angolanos), até a sua morte. Em Moçambique realizou-se também, eleição geral e universal (legislativas e presidenciais), opondo o Presidente Joaquim Cissano da Frelimo (frente de libertação de Moçambique, partido no poder) ao Daklamo, líder da Renamo (resistência nacional de Moçambique), o Presidente Joaquim Cissano foi reeleito. Em Guiné-Bissau ocorreram eleições gerais para legislativo e para presidente. João Bernardo “NINO” Vieira foi reeleito.

Peculiaridade das Eleições de Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe

Em princípio de 1991, quando as atenções do mundo estavam viradas para o Kuwait, candidatos e partidos da oposição venciam as eleições legislativas e presidenciais pluralistas organizadas pelos ex-partidos únicos no poder desde 1975, em Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe, os dois países insular da África lusófona. As eleições não foram maculadas por qualquer irregularidade significativa. Era a primeira vez que acontecia alternância política por via das urnas na África lusófona.

A primeira leitura dessa eleição nos leva a supor que os regimes nacionalistas radicais, derrotados pelas novas formações políticas de centro– esquerda, ou centro – direita, eram profundamente detestados. Mas observando de perto podemos concluir que foram de fato punidos pelos eleitores, contudo a vitória da oposição se deve a outras circunstâncias não diretamente ligadas às atrocidades e violências dos regimes derrotados. Mesmo porque esses regimes eram na realidade ditaduras “moderadas” (Cabo-Verde), ou mais violenta mas fraca, por falta de uma estrutura militar e policial própria e bem organizada (São Tomé) e isso permitiu que a opinião pública ou sociedade civil se organizasse e ganhasse corpo ainda no interior do regime dominado por partido único. Ao contrário da Guiné-Bissau e dos dois grandes países lusófonos da África austral (Angola e Moçambique) nenhuma

guerra civil os devastou, mesmo a luta pela independência nenhum dos dois países conheceram no seu interior a luta armada.

A característica insular não é apenas geográfica, tem também conteúdo histórico e social. Trata-se de dois países africanos onde não há sociedade de linhagem/clânica e nem mesmo etnias. Em ambos os casos verificam-se uma grande unidade religiosa (80% a 90% de católicos). São duas sociedades em que o fator “crioulo” é importante: capital em Cabo-Verde, onde determina a existência de uma nação – uma das raras nações da África negra cuja realidade não oferece a mínima dúvida. Um segmento forte e bem estruturado da “inteligência” assume importante papel em São Tomé, onde estruturou o meio social dos “filhos da terra” muito diferente dos “angolares”¹ ou dos descendentes recentes de trabalhadores angolanos, caboverdianos ou moçambicanos.

CONCLUSÃO

Podemos observar, para efeito de conclusão, que o processo da construção da nação, na sua fase de consolidação das instituições democráticas, passa por um novo redesenho da sua estratégia. O projeto anterior fundamentava-se na filosofia política dos movimentos emancipacionistas da Guiné-Bissau, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique (PAIGC, MPLA, FRELIMO E MLSTP) na época partidos únicos nos respectivos países, que preconizavam construir uma identidade nacional, onde a consciência nacional primasse sobre a étnica ou regional. E a estratégia elaborada para isso, previa um desenvolvimento sócio-econômico harmonioso e uma política social mais equânime. É verdade que a execução desses projetos ficaram distante dos seus escopos. Tanto pelo

¹Angolares: trata-se de descendentes de africanos evadidos de um navio que naufragou quando ia para América, no início do séc. xv1; ao contrario dos negros fugitivos das Antilhas, estes nunca foram escravos e reconstituíram penosamente uma sociedade quase independente na parte mais úmida e impenetrável da ilha.

desvios cometidos, metas abandonadas, como principalmente pela resistência e/ou relutância em implementá-lo, por parte de altos funcionários da burocracia e alguns setores da elite que não nutriam simpatia pelo projeto. Nessa nova fase, vários programas e planos de desenvolvimentos sócio-econômicos alternativos foram implementados sem grande sucesso. Inclusive, a crença absoluta no mercado exportador e na atração do investimento direto externo, oferecendo condições excepcionais de reexportação do capital não tem surtido o efeito esperado para o conjunto dos países da África lusófona.

No plano econômico, pode-se sublinhar o seguinte: depois do fim da guerra civil, em 1992, Moçambique, em 1998, Guiné-Bissau e em 2002 Angola, África Lusófona enfrentou o desafio da reconstrução nacional e tem registrado uma estabilidade política (com a exceção de golpe de Estado ocorrido na Guiné-Bissau em 2003 e tentativa frustrada em São Tomé e Príncipe) estimulante ao investimento estrangeiro e um crescimento econômico na média que varia de 4% a 10% ao ano, o que vem atraindo alguns investidores, majoritariamente portugueses e sul-africanos em Moçambique. Apesar disso, o setor social continua problemático, sobretudo a extrema pobreza que grassa na sociedade deixando os camponeses mais vulneráveis às doenças. As assimetrias do desenvolvimento são visíveis a olho nu; epidemias, como a cólera, instalaram-se, e a dívida externa gritante reduz as possibilidades de o Estado, na África Lusófona, canalizar mais recursos para as áreas de educação, saúde e desenvolvimento rural.

Apesar disto, o processo eleitoral continua, já foram realizadas, aproximadamente três eleições gerais e pluripartidárias na África Lusófona, com a exceção de Angola, que devido a guerra civil prolongada (até 2002), só agora agendou a próxima eleição para 2006. Contudo, as instituições democráticas estão longe de consolidarem e proporcionarem estabilidade política, sócio-econômica duradoura nesses países. Pelas suas vulnerabilidade, estas instituições não vêm desempenhando papel relevante na solução de conflitos internos. Esse vazio político tem sido preenchido com maestria pelos atores políticos relevantes, que em geral, conquistaram suas lideranças durante unipartidarismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, Armando de. 1964. Guiné: Minha Terra. Ed. Agência – Geral do Ultramar. Lisboa
- Albertoni, Ettore A. –1990. –Doutrina da Classe Política e Teoria das Elites. Imago Editora. RJ.
- Armstrong, Robert.G.- 1982- La Asamblea Publica como médio de Participación em lãs Actividades Políticas e Sociales em África. Sebral/Unesco. Barcelona.
- AUGEL, J.; MEYNS, Peter. Processo de Transição na África Lusófona.** Revista Soronda, n. 5, Bissau: INEP, 2002.
- AUGÊ, Marc. **A Construção do Mundo:** Religiões, Representações, Ideologia. Lisboa: Edições 70, 1974.
- _____. **La Construction du Monde.** Paris: Maspero. 1974.
- Bobbio; N. – 1982 – O Conceito de Sociedade Civil. Ed. Graal. R.J.
- _____. 1987 .- Estado, Governo e Sociedade. Paz e Terra. RJ.
- _____. 1988 - Liberalismo e Democracia. Editora brasiliense. SP.
- _____. 1988 – O Futuro da Democracia. 3ª edição. Paz e Terra.
- _____. 1998 – Igualdade e Liberdade . Ediouro. RJ.
- Bottomore,T.B. – As Classes nas Sociedades Modernas.2ª ed. Zahar. RJ.
- Brooks,George E.–1990.Notas Genealógicas de Proeminentes Famílias Luso-Africanas no séc. XIX na Guiné-Bissau. In: Soronda nº 9/01/90. Ed. INEP. Bissau.
- _____. 1991. – Centro e Interesses Imperialistas. Revista Soronda n.11 INEP. Bissau.
- Cabral, Amilcar.1976.A Arma da Teoria.Volume IeII.Editora Seara Nova.Lisboa
- CAHEN, Michel. Vent des Iles. La Victoire de l’opposition aux iles de CapVert Et São Tomé e Principe. **Politique Africaine**, Paris, n. 43, out. 1991.

- _____. Versão portuguesa: Arquipélago da Alternância. A Vitória da Oposição nas Ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. **Revista Internacional dos Estudos Africanos**, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, n. 14/15, 1991.
- CARDOSO, Albérico. Anuário África Hoje. Lisboa. Portugalnet,13/09 de 1999.
- CARDOSO, Carlos. A transição Democrática na Guiné-Bissau: Um parto Difícil. **Soronda**, Bissau: INEP, n. 17, 1994.
- Castro, M. H. G. e Faria, Vilmar E.– 1989 – Política Social e Consolidação Democrática no Brasil.In:O Estado e as Política Públicas na Transição Democrática. Ed. Vértice. S.P.
- Diagne; Pathé. 1982. El Poder en África. In: El Concepto del poder en África. Editora Sebral/UNESCO. Barcelona, Espanha.
- Dowbor, L. – 1980 – Introdução a Geografia Econômica a Guiné-Bissau. Ed. Ministério do Plano. Bissau.
- Fernandes, Florestan – 1977 . Prefácio ao Diário da Libertação . Coleção Testemunha . Nº 2. Ed. Versus. SP.
- Galli, Rosemary. E. 1989 – Estado e Sociedade na Guiné-Bissau. In: Soronda n.8 INEP Bissau.
- Hagan,George – 1982. –El Concepto Del Poder en La Cultura Akan. In : El Concepto Del Poder en África . Sebral /UNESCO . Barcelona
- Hampaté Bá, A. 1980/82 – A Tradição Viva. In História Geral da África Volume I Ática. /UNESCO.
- Havik. Philip. J. 1990 – Pesquisa sobre a Transformação Rural na Guiné-Bissau. In: Soronda nº 10. Ed. INEP. Bissau.
- Huntington. S. 1975 – A Ordem Política na Soc. em Mudança. Ed. Forense.
- Jauará; M. 1991. O Processo da Construção da Nação em África: Caso Guiné-Bissau. (mesmo U.F.M.G.) Belo Horizonte. MG.
- Kabengele, M. 1984 – Universo Cultural Africano . In: Revista África/Brasil. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte. MG.
- 1986- Negritude: Usos e Sentidos. Ática SP.
- Ki – Zerbo – 1985 – A História da África Negra. Vol. II Difel SP.

Konaté; Oumar. 1982. – La Noción de Poder e a África Tradicional y en el Área Cultural Manding em Particular. Editora Sebral/Unesco. Barcelona. Espanha.

Lopes, Carlos. – 1989 – Resistências Africanas ao Controle do Território.

Revista Soronda n.7 / INEP. Bissau

-----1990- Relações do Poder numa Sociedade Malinké : O Kaabú do séc.XVIII

In: Soronda n.10 INEP. Bissau

----- 1991. –As Reformas do Estado e a Questão Nacional. Fundap. SP.

Moreira; Adriano – 1963 – As Elites das Províncias Portuguesas de Indigenato (Guiné; Angola e Moçambique) In: Ensaios nº 34 . Edição Junta de Investigação do Ultramar. Lisboa.

Mourão, F.A.A. 1994 – O Continente Africano: Utopia e Realidade ao Nível dos Modelos de Explicação – Uma Questão de Método. In: África. Revista do Centro de Estudos Africano. U.S.P. São Paulo 16-17.

Niane, Djibril T.1982. Sundjata ou A Epopéia Mandinga. Ática SP.

Oliveiros; S. Ferreira. 1992 – Estado e Poder. In: As transformações do Estado no Fim do Séc. Estudos Avançados: Coleção Documentos. Série: Teoria Política..

Querino; Célia N.G. – 1992 – estado Moderno e Cidadania ou ainda a Questão da Liberdade e da Igualdade. In: As transformações do Estado no Fim do Séc. Instituto de Estudos Avançados: Coleção Documentos. Série teoria Política nº 1 U.S.P. S.P.

Reis, Elisa P. – 1989 – Política e Políticos Públicos: Na Transição Democrática In: Estado e as Políticas Públicas na Transição Democrática. (org.) Alexandria S. de Moura. S.P. Vértice.

RELATÓRIO DA FAO. Bissau, Jornal Nô Pintcha. 13 jan. 1993.

Sigaud; Lúcia – 1989 – A Presença política dos Camponeses: Uma Questão de Reconhecimento. In: Continuidade e Mudança no Brasil da Nova República. (org.) Aspásio Camargo e Eli Diniz. IUPERJ/Vértice.

Sylla; Lancine. 1977 – Reflexions sur la Typologie Classique des Systèmes Politiques Africains. Universite Nationale de Côte D'IVOIRE. Abijan, Série D. (Lettres). Torne 10.

Zoctizaum, Y. 1988. O Estado e a Reprodução Étnica em África. In: Soronda nº6 Ed. INEP. Bissau.

WEFFORT, Francisco. Qual Democracia? São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. Por Que Democracia? 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

WILLIAM, E. Elusive Quest For Growth. São Paulo: Folha de São Paulo, 2001.

WRIGT MILLS, C. A Elite do Poder. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WOODS, Donald. Por Dentro do Apartheid. São Paulo: Best Seller, 1988.